

Gramsci e Michels:

diálogos sobre a burocratização

Renato César Ferreira Fernandes

Como citar: FERNANDES, R. C. F. Gramsci e Michels: diálogos sobre a burocratização. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 197-199.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p197-199>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Gramsci e Michels: diálogos sobre a burocratização

Renato César Ferreira Fernandes¹

A obra dos teóricos elitistas e, em especial, a de Michels são uma referência na teoria dos partidos na ciência política. A compreensão que estes autores apresentam sobre a 'classe política', sobre os intelectuais enquanto classe social, sobre a questão das estratificações no partido são ferramentas de auxílio e interesse para a compreensão dos partidos políticos e das sociedades políticas. Por outro lado, a produção literária no cárcere de Gramsci, apesar de conter diversos elementos de crítica a teoria dos elitistas, que era então dominante na Itália, poucas vezes foi trabalhada no sentido de expressar um diálogo entre o autor marxista e os teóricos elitistas.

A presente pesquisa trabalhou a partir dos conceitos de intelectuais e da teoria do partido operário em Gramsci e buscou um diálogo com a teoria de Robert Michels e sua compreensão da lei férrea da oligarquia. Na teoria dos partidos, Michels apresenta um argumento interessante e que até hoje é utilizado para explicar o processo histórico: todas as organizações por causa da relação estabelecida entre os representantes e os representados, tende a formar uma nova oligarquia, independentemente da sua forma organizativa e da sua composição social. A problemática central colocada por Michels (que tentamos responder nesta pesquisa) é a de que a burocratização do partido político é um processo inevitável, não importando qual a sua relação com o grupo social que representa, nem a sua forma de organização.

A reflexão de Gramsci partiu, na nossa opinião, da questão dos intelectuais. A partir da compreensão deste problema é que Gramsci formulou sua teoria do Estado ampliado e da hegemonia, que são todas complementares, apesar do momento de formulação não serem sincrônicos. A concepção ampla de intelectuais de Gramsci e, principalmente a categoria de intelectuais orgânicos, compreende que os intelectuais não sejam apenas elaboradores de uma concepção de mundo, mas que também sejam os organizadores da hegemonia de uma classe social, através da sua práxis no conjunto da superestrutura. Neste sentido, os organismos presentes no Estado em sentido ampliado, seja nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, seja nas instituições da sociedade política, são os principais mediadores da atuação dos intelectuais, enquanto elaboradores e organizadores, com as classes sociais fundamentais: enquanto para a burguesia, as escolas, os sindicatos patronais, as universidades, o parlamento, as forças armadas, entre outros, são organismos que realizam a organicidade dos intelectuais com a própria classe, para a classe operária, apenas o seu partido de classe, pode formar seus intelectuais orgânicos.

¹ Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi e financiada pelo SAE/UNICAMP, vigente em 2006-2007

Os intelectuais orgânicos, para Gramsci, são fundamentais para a elaboração e socialização de uma concepção de mundo. Estes intelectuais são necessários para a realização de uma reforma intelectual e moral, forma concreta da reforma econômica, que é também o modo de realização da hegemonia de uma classe social. Por isto, o partido, que é concebido como intelectual coletivo para Gramsci, é o instrumento necessário para a formação da hegemonia da classe da qual representa, mas ele somente é o germe desta vontade coletiva expressa na hegemonia, sendo a própria hegemonia somente realizada na fundação de um novo estado.

Quando Gramsci vai polemizar com Michels sobre a questão da liderança carismática, que para Michels é fundamental na dominação entre os dirigentes do partido e sua base social, o autor italiano vai expressar que o Novo Príncipe não pode ser apenas um ou poucos indivíduos, isto é, nem mesmo uma direção, que é fundamental, mas não suficiente. O Novo Príncipe, que tem o objetivo de fundar o novo Estado, para a conquista da hegemonia da classe operária, tem que ser um organismo coletivo, onde todos possam participar na elaboração, sendo intelectuais, apesar dos distintos modos de execução destas funções: tanto a classe, quanto a base partidária deve influir diretamente na organização e elaboração do partido operário.

"Afirmou-se que o protagonista do Novo Príncipe não poder ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político, isto é, em cada oportunidade e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente fundamentado para este fim) fundar um novo tipo de Estado." (CC 13, V. 03, § 21, p. 59)

O centro da teoria de Michels na formulação da lei férrea das oligarquias está na separação entre representantes e representados: a representação era justamente um elemento necessário da vida política moderna, já que *tecnicamente* não era possível que todos "vivessem da política", mas a representação era justamente o elemento que tomava a democracia, enquanto regime de Estado ou de um partido, uma oligarquia (Michels, 1970: 20). Qualquer tentativa de auto-organização da classe social, de democracia ampla e irrestrita, para Michels, acabava por levar a formação de uma oligarquia e a separação entre classes sociais dentro do mesmo partido.

"Nesta perspectiva, profundamente pessimista, não pode surgir esboços nem por meio de um sistema de participação política não mediada por representantes; segundo Michels, o auto-governo das massas, quer dizer, a superação da liderança através de formas de democracia intensa como emanção direta da vontade popular, é de fato irrealizável, porque em primeiro lugar a democracia direta não pode operar sem o auxílio do sistema representativo; em segundo lugar, porque se ainda pode demonstrar o grau de limitação a participação delegada da democracia representativa, as assembleias populares são, na realidade, majoritariamente sujeitas a formação de direções oligárquicas." (Fresu, 2005: 203)

Ao contrário de Michels, para Gramsci, a questão da representação tem que ter uma dupla perspectiva: 1) a ligação entre o sentimento-paixão dos representados e a transformação deste sentimento em saber; 2) a relação estabelecida entre a direção partidária, a base e a classe social representada. A representação somente pode ser orgânica quando a divisão de trabalho entre os representantes e os representados não seja uma divisão política, de classes sociais, mas seja uma divisão técnica: por isto, nos partidos social democratas, com os quais Michels trabalhou, que eram policlassistas, o problema da divisão de trabalho estava fundado na divisão entre classes sociais, enquanto nos partidos comunistas, que eram partidos da classe operária, o problema era

técnico e poderia ser resolvido com a educação permanente da classe e a elevação contínua da classe para o partido e da base partidária para a direção (CC 2, V. 3, § 75, p. 166-167). Para que isto seja possível, o partido operário tem que se organizar através do centralismo democrático: única maneira de estabelecer uma ligação orgânica na elaboração e organização da ação partidária na luta de classes.

“A ‘organicidade’ só pode ser a do centralismo democrático, que é um ‘centralismo’ em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é ‘orgânico’ porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc.” (CC 13, V. 03, § 36, p. 91)

Se a organização é para Gramsci o local de desenvolvimento do projeto de hegemonia (autonomia) da classe operária e o partido operário somente poderá se organizar através de um regime interno do centralismo democrático, então existe uma contraposição implícita à teoria do partido político de Michels, que coloca a organização como sinônimo de oligarquia e de divisão de classes: enquanto para Michels o partido apenas reproduz a divisão de classes (até criando-a), para Gramsci é o elemento necessário para a superação desta divisão de classes e para a formação da sociedade regulada. A resposta que Gramsci procurou articular para Michels abriu diversas contribuições para a formulação de uma teoria dos partidos marxista: a historicidade dos governantes, divisão política e técnica do trabalho, o papel dos dirigentes carismáticos, a burocracia e o partido (Sgambati, 1977: 608).

É a partir deste diálogo que a pesquisa tentou formular a compreensão do partido em Gramsci. Este diálogo nos proporciona ferramentas conceituais diversas, que pode ser útil para explicar os processos que passaram, ou passarão, diversos partidos contemporâneos: desde o processo de burocratização e acomodação na ordem vigente, como o do PT no Brasil, até os processos de “bonapartismo” e centralização burocrática, como o do PSUV na Venezuela.

REFERÊNCIAS

- FRESU, Gianni. *“Il diavolo nell'ampolla”*, Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito. Napoli: La Città del Sole, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, 6 v.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, 1970.
- SGAMBATI, Valéria. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli elitisti. In.: ISTITUTO GRAMSCI. *Politica e storia in Gramsci*. Firenze: Riuniti, 1977, p. 606-616.